

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 1.661, DE 2011

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para permitir a cônjuges, companheiros e companheiras a opção pelo regime especial de tributação que especifica.

Autor: Deputado João Campos

Relator: Deputado João Gualberto

I – RELATÓRIO

Com a proposição em epígrafe, pretende seu ilustre autor, alterar o regime de tributação do imposto de renda da pessoa física nos casos de declaração conjunta de cônjuges, companheiros e companheiras.

Assim, para a apuração da base de cálculo do imposto serão somados os rendimentos tributáveis de ambos os contribuintes e de seus dependentes e subtraídas as respectivas deduções, adotando-se, para aplicação da tabela progressiva mensal ou anual, o dobro dos valores das faixas de incidência.

Adicionalmente, a proposta estabelece que as deduções do imposto à título de contribuições feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fundo do Idoso, bem como as contribuições em favor de projetos culturais e de incentivo às atividades audiovisuais ficarão limitadas ao dobro do percentual sobre o imposto devido fixado no art. 22 da Lei nº 9.532, de 1997.

Por fim, a iniciativa estabelece que o limite de dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado, fixado no art. 12, do § 3º, III, “b” da Lei nº 9.250, de 1996, será aplicado sobre o imposto apurado com base nos valores em dobro da faixa de incidência da tabela progressiva.

Em sua justificação, o autor registra que a iniciativa visa corrigir uma distorção de nossa legislação tributária, que permite que famílias com a mesma renda total sejam tributadas de forma diferenciada pelo imposto de renda.

A matéria foi distribuída para apreciação conclusiva desta Comissão de Finanças e Tributação, a quem caberá pronunciar-se quanto ao mérito e quanto à adequação orçamentária e financeira e à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que, por sua vez, deverá apreciá-la no que tange à sua constitucionalidade e juridicidade.

Na Comissão de Finanças e Tributação não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cumprida a esta Comissão, além do exame do mérito, inicialmente, apreciar a proposição quanto à sua adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que *“estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016), em seu art. 117, condiciona a aprovação de proposições legislativas que importem ou autorizem diminuição de receita à apresentação da estimativa desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois seguintes, detalhando a memória de cálculo respectiva e a correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

No mesmo diapasão, assim dispõe o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12,

e de que não afetar  as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

  1  A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Ressalte-se, ainda, que com a recente promulgação da Emenda Constitucional n  95, de 2016, um novo regramento fiscal foi instituído em nosso sistema jurídico, o qual, além de fixar limites para os gastos públicos até o ano de 2037, reforçou o controle sobre alterações legislativas geradoras de impacto orçamentário. Este último aspecto encontra-se regido pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a seguir transcrito:

"Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro."

O Projeto de Lei n  1.661, de 2011, visa alterar o regime de tributação do imposto de renda da pessoa física para contribuintes que optam pela declaração em conjunto, de forma a permitir que, para estes casos, os valores das faixas de incidência da tabela progressiva, mensal ou anual, sejam multiplicados por dois. Além disso, amplia os limites de dedução do imposto em decorrência de contribuições feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fundo do Idoso, a projetos culturais e de incentivo às atividades audiovisuais para o dobro dos percentuais vigentes.

Da análise da proposição, verifica-se que, inegavelmente, sua aprovação acarretará impacto sobre o nível de arrecadação do imposto de renda da pessoa física, sem que tenham sido atendidos os requisitos estabelecidos na norma constitucional, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO 2017, notadamente a apresentação pelo proponente da estimativa da renúncia de receita e a definição das medidas compensatórias.

Destarte, malgrado os nobres propósitos que nortearam a elaboração da referida proposição, não pode a mesma ser considerada adequada e compatível sob a  tica mais restrita da adequação orçamentária e financeira.

Ademais, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT.

Por todo o exposto, **voto pela inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 1.661, de 2011.**

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado João Gualberto
Relator